

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002268/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/09/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR051985/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.013523/2017-28
DATA DO PROTOCOLO: 05/09/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINPRO SINDICATO DOS PROFESSORES DE IJUÍ, CNPJ n. 90.163.585/0001-53, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.948.389/0001-10, neste ato representado(a) por seu ;

E

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE, CNPJ n. 90.738.014/0001-08, neste ato representado(a) por seu e por seu e por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de julho de 2016 a 08 de setembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Diferenciada dos Professores, EXCETO a categoria dos Professores Públicos no município de Tavares-RS**, com abrangência territorial em **RS**.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho aplica-se às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os professores com vínculo empregatício na FIDENE, abrangendo especificamente os professores da UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul) dos Campi Ijuí, Panambi, Três Passos e Santa Rosa/RS.

Parágrafo único. O presente Termo de Acordo Coletivo de Trabalho preserva as disposições pactuadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria naquilo que não colidam com este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO

Este Acordo Coletivo de Trabalho tem como objeto disciplinar o ingresso, atribuições de tempo e progressão dos Professores da UNIJUÍ, como empregados da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- FIDENE, assim como, disciplinar condições de trabalho, ratificar e aprimorar as adequações de procedimentos operacionais quanto à forma de pagamento, respeitando direitos adquiridos pelos contratados até o início da vigência deste acordo, e tendo como parâmetros da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.453/1943), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e o Decreto 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior.

4.1. As regras contidas neste instrumento são fruto de amplo processo negocial, no curso do qual as partes, embora tenham feito recíprocas concessões, sempre privilegiaram o atendimento dos anseios dos professores, representados pelos Sindicatos dos Professores SINPRO/Noroeste e SINPRO/RS.

4.2. As disposições contidas nas normas legais, supracitadas, foram adaptadas e modernizadas às realidades acadêmica e trabalhista, como garantido e facultado pelo disposto no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal brasileira, com respeito às demais disposições de ordem pública ou indisponíveis, de modo a atender o real interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DOS AJUSTES PACTUADOS

5.1. Da Atribuição de Tempos dos Professores. A execução da Jornada de Trabalho dos Professores da UNIJUI, para o período de vigência do presente acordo, observa as diretrizes constantes junto à Resolução do Conselho Universitário nº. 04/2014, aprovada pelo Acordo Coletivo de Trabalho, firmado em 27 de junho de 2014, com as alterações ora pactuadas.

5.1.1 – Para o interím de 01 de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, vigeu a Resolução nº. 04/2014 com as alterações ora promovidas/pactuadas:

1). Alterar as redações dos artigos 8º, 21, 22, 27, 28 e 39 da Resolução CONSU Nº 04/2014, que passam a ter seguinte redação:

“**Art.8º**

§ 5º. Todos os professores do regime integral e parcial deverão atuar no mínimo em duas (2) disciplinas na regência de classe na graduação ou, equitativamente, na pós-graduação lato sensu, a cada semestre letivo, exceto os membros da Reitoria, que ficam dispensados face ao seu tempo destinado à gestão universitária, e os PAPDOCÊNCIA com a Coordenação do Programa e os professores enquadrados no Nível I deverão, contudo, ministrar ao menos uma disciplina junto à graduação de 60 (sessenta) horas semestrais em cada ano” (NR).

“**Art. 21** - De acordo com a Resolução específica do PAPDOCÊNCIA, o professor se enquadra como permanente ou colaborador em um dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, sendo concedidas horas a cada quadriênio, a partir do seu credenciamento/recredenciamento, podendo chegar a até 82% (oitenta e dois por cento) da sua carga horária de trabalho contratual(NR).

“**Art. 22** - A concessão de horas ao professor do PAPDOCÊNCIA se dará em três níveis, de acordo com os

seguintes parâmetros: (NR)

I – Nível I – docente do corpo permanente que atenda aos parâmetros de produtividade docente previstos na Resolução CONSU nº 20/2016 e no edital específico e/ou docente que atue na Coordenação de Programa - atribuição de no máximo 183 (cento e oitenta e três) turnos no semestre. Para além do tempo e atividades vinculadas ao PAPDOCÊNCIA, o professor deverá obrigatoriamente ter atuação no mínimo na regência de classe de 60 (sessenta) horas semestrais de disciplina de curso de graduação no ano;(NR)

II – Nível II - docente do corpo permanente que atenda aos parâmetros de produtividade docente previstos na Resolução CONSU nº 20/2016 e no edital específico, com atuação em um curso da Instituição - atribuição de no máximo 153 (cento e cinquenta e três) turnos no semestre. Para além do tempo e atividades vinculadas ao PAPDOCÊNCIA, o professor deverá obrigatoriamente ter atuação mínima na regência de classe de 60 (sessenta) horas semestrais de disciplina de curso de graduação e 60 (sessenta) horas semestrais de regência de classe de curso de graduação, pós-graduação lato sensu ou demais atividades de ensino;(NR)

III – Nível III - docente do corpo permanente que atenda aos parâmetros de produtividade docente previstos na Resolução CONSU nº 20/2016 e no edital específico, com atuação em um curso da Instituição - atribuição de no máximo 123 (cento e vinte e três) turnos no semestre. Para além do tempo e atividades vinculadas ao PAPDOCÊNCIA, o professor deverá obrigatoriamente ter atuação mínima na regência de classe de 60 (sessenta) horas semestrais de disciplina de curso de graduação e 120 (cento e vinte) horas semestrais de regência de classe de curso de graduação, pós-graduação lato sensu ou demais atividades de ensino;(NR)

§ 1º.....

“Art. 27.....

IV - Os Coordenadores de Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu têm 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) turno semanal para elaboração do Projeto e Coordenação do Curso, no período da oferta do mesmo até sua integralização. Caso não haja efetivação de turma não há atribuição deste turno”. (NR)

“Art. 28.

XI - Revogado.” (NR)

“Art. 39. As horas decorrentes das atividades exercidas pelo professor junto aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu ou outras atividades de educação continuada, integram a carga normal de trabalho do professor. Na hipótese do professor possuir carga horária completa, sem sobreposição de atividades, as horas de trabalho excedentes ao final do semestre, independentemente de sua origem, são compensáveis, nos exatos termos do regime compensatório instituído em Acordo de Trabalho”. (NR)

5.1.2 – Para o período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017, vigeu a Resolução nº. 04/2014 com as alterações promovidas no item precedente e mais as a seguir definidas:

1) Atribuição de horas - Coordenações de Cursos de Graduação - os parâmetros de atribuição de horas para esta atividade são:

Parâmetros	Horas
A partir de 451 alunos	540
300 a 450 alunos	450
Até 299 alunos	360

Para os Coordenadores de Cursos, consideram-se, ainda, as seguintes condições:

- a) Cursos com grau de Licenciatura e Bacharelado tem um coordenador, somando o número de estudantes por oferta no Campus;
- b) Cursos com oferta na modalidade Educação a Distância - EaD e presencial tem um coordenador, somando o número de estudantes das duas modalidades;
- c) Curso de Jornalismo e de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda e de Relações Públicas tem um coordenador, somando o número de estudantes matriculados;
- d) O conjunto dos cursos de Tecnologia na área de Gestão tem um coordenador, somando o número de estudantes matriculados;
- e) A coordenação do curso de Gestão de Cooperativas será exercida pelo coordenador do curso de Administração do Campus Santa Rosa, somando o número de estudantes matriculados nos dois cursos;
- f) A data para computar o número de estudantes se efetiva no mês de março para o primeiro semestre e no mês de agosto para o segundo semestre.

2) Atribuição de horas para as Atividades Departamentais e Institucionais - ADI – passa a ser aplicada proporcionalmente de acordo com a carga horária do docente, na proporção de 40 horas para 22,5 turnos, ou seja, 90 horas semestrais.

Carga horária	Turnos/horas semestrais
40h	22,5t – 90h
32h	18t - 72h
30h	16,8t – 67,5h
24h	13,5t – 54h
20h	11,25t – 45h

3) Para os professores majoritariamente vinculados à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a ADI será proporcional à carga horária contratada, considerando que para um contrato de trabalho de 40 horas, o professor terá 45 horas por semestre para esta atividade.

5.2. Do Instrumento de Registro e Controle das Atividades Docentes. Reconhecem as partes, que para o período de vigência do presente acordo, todas as atividades desenvolvidas pelo professor da UNIJUÍ no decorrer do turno/dia/semana/mês/semestre são explicitadas e registradas através da Ficha de Atividades Docentes – FICHA AD, que demonstra todo o trabalho funcional havido por atividades.

I - Dada às características específicas da atividade do professor Universitário e observando o disposto no Art. 1º, da Portaria nº. 1.120/1995, do Ministério do Trabalho e Emprego, as partes reconhecem que a denominada Ficha de Atividade Docente (AD) é o instrumento de registro fidedigno e de controle pleno e suficiente para explicitação de toda e qualquer atividade docente exercida pelos professores da UNIJUÍ em cada turno/dia/semana/mês/semestre. Esta ficha se instrumentaliza e substitui o Cartão Ponto, tornando-o, um sistema alternativo, legal e fiel de controle de jornada de trabalho dos Docentes da UNIJUÍ, conforme disposto na citada Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

II - O preenchimento da Ficha AD será efetuado digitalmente no transcorrer de cada semestre e à medida que o professor for executando suas atividades laborais previamente planejadas junto a Grade de Disponibilidade Docente – GDD pelo Chefe de Departamento de lotação oficial do professor.

III - Ao final de cada semestre a Ficha AD será impressa e apresentada ao professor. Este fará a conferência dos registros realizados e, quando for o caso, os ajustes necessários. Conferida e ajustada a Ficha AD, o professor assinará a mesma, indicando sua conformidade com os registros feitos.

IV - Constará ainda na Ficha AD, além da objetiva descrição das atividades realizadas no decorrer do semestre letivo, a mensuração do real tempo destinado ao trabalho, o dia e turno da realização desta atividade e o local/Campus Universitário da realização desta atividade.

V - A Ficha AD gerenciará e demonstrará a evolução do Fundo de Horas Positivas, acumuladas e consolidadas até 30/06/2014.

VI - O professor terá irrestrito acesso à consulta de sua Ficha AD e de seus lançamentos, a qualquer tempo, via a funcionalidade eletrônica, disponível em seu Portal Institucional.

5.3. Do Adicional por aprimoramento acadêmico. A FIDENE, desde outubro de 2014, discrimina no demonstrativo salarial dos seus professores, em rubrica distinta e específica, o adicional por titulação acadêmica, que era pago englobado ao valor principal, incidente sobre o valor da hora-aula do respectivo nível de enquadramento, acrescida do repouso semanal remunerado e consideradas as 4,5 semanas a que alude o § 1º do art. 320 da CLT, nos seguintes percentuais: 10% para mestres e 15% para doutores.

5.3.1 - A desvinculação do salário-base e do adicional por aprimoramento acadêmico junto ao demonstrativo salarial do professor, pactuado, ocorreu para todos os professores da UNIJUI, inclusive àqueles que permaneceram vinculados aos Planos de Carreira em Extinção.

5.3.2 - A remuneração pelo adicional por aprimoramento acadêmico está condicionada à apresentação do diploma de obtenção do grau de mestre ou de doutor, exclusivamente em/na sua área de atuação/contratação, com o reconhecimento do órgão governamental competente, ou convalidado, na forma da lei, se obtido no exterior.

5.3.3 - As partes ressaltam que os procedimentos referidos nesta cláusula, notadamente a desvinculação do salário-base e do adicional por aprimoramento acadêmico, não implicam em redução de remuneração salarial para os professores que neles se enquadrarem, tratando-se somente de readequação procedimental.

5.4. Da Hora-Atividade. A FIDENE remunera os professores que aderiram ao Plano de Carreira do Magistério Superior da UNIJUI da Resolução nº. 05/2014, e que integram o Quadro Geral de Professores, um adicional denominado de horas-atividades, na ordem de 15,00% (quinze por cento) incidentes sobre as horas alocadas em regência de classe englobando e valorando as atividades inerentes a docência, tais como, estudo; planejamento; preparação de aulas coletiva e/ou individual; elaborar material didático; elaboração, aplicação e correção provas, trabalhos, testes e outros instrumento de avaliações; participação de reuniões pedagógicas de preparação das aulas; avaliações, aplicação e correção, inerentes às disciplinas, quando dos afastamentos dos estudantes amparados por lei; formação pedagógica institucional; incrementar o portal eletrônico de acesso aos estudantes com os materiais didático-pedagógicos inerentes às disciplinas.

5.4.1 - Aos professores com regime de trabalho contratado de Tempo Integral e Tempo Parcial a concessão da hora-atividade dar-se-á com atribuição de horas de trabalho, e exime parcialmente o cumprimento do tempo em Regência de Classe, observando a proporcionalidade ao seu regime semanal de contratação.

5.4.2 - Aos professores com regime de trabalho contratado como horistas o pagamento das horas-atividades acontecerá diretamente junto ao recibo da folha de pagamento, em rubrica específica e a parte, substituindo o regramento anterior definido em Acordo Coletivo.

5.4.3 - O pagamento da hora-atividade de 15% (quinze por cento) aos professores horistas, ora pactuado, é composto pela incorporação do adicional de 5% (cinco por cento) pago até o Acordo firmado em 2014, então a título de Adicional Extra Classe, de 10% (dez por cento) advindo do valor da hora-salário do

professor horista que no modelo anterior percebia a paga englobada da hora-atividade com a hora salarial, sem que haja qualquer prejuízo de direito adquirido e ou de caracterização da redutibilidade salarial.

5.4.4 - As partes ressaltam que os procedimentos referidos nesta cláusula, notadamente a desvinculação do salário-base e do adicional por hora-atividade dos professores horistas, não implicam em redução de remuneração salarial para os professores que neles se enquadrarem, tratando-se somente de readequação procedimental.

5.4.5 - Os professores colaboradores horistas que permaneceram vinculados aos Planos de Carreira em extinção, continuam recebendo o percentual de 5% (cinco por cento) a título de adicional extra classe.

5.4.6 - Os professores do Quadro Efetivo – Integral e Parcial disciplinado pelos Planos de Carreira em extinção, que permaneceram lá vinculados/enquadrados, passaram a receber a hora-atividade na forma do previsto junto ao *caput* e item '5.4.1' desta cláusula.

5.5. Da Data de Pagamento dos Salários. Para o período de vigência do presente acordo, o pagamento do salário mensal dos professores poderá ocorrer até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ao mês trabalhado.

5.6. Da Manutenção da Suspensão de Parte do Adicional por Tempo de Serviço. Mantem-se até a data de 31 de dezembro de 2016, a suspensão de 20% (vinte por cento) do adicional por tempo de serviço a que tem direito os professores vinculados a UNIJUÍ.

5.6.1 - Os percentuais adquiridos a este título durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho não sofrerão a redução prevista no *caput*.

5.6.2 - Em caso de rescisão contratual promovida pela FIDENE/UNIJUÍ, esta pagará o valor referente a parte suspensa do adicional por tempo de serviço do período de vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.

5.6.3 - A suspensão aqui prevista apenas garante reposição do percentual originalmente devido/adquirido, sendo que a devolução dos valores suprimidos, oriundos deste Acordo Coletivo de Trabalho e deste período de vigência, ao professor estará condicionada ao cumprimento, cumulativamente, dos requisitos do item precedente '5.6.2' deste Acordo Coletivo de Trabalho.

5.6.4 - As partes pactuam a **suspensão** do Adicional por Tempo de Serviço de 10% (dez por cento) para o inteiro ano de 2017.

5.6.5 - Em todas as recomposições dos percentuais devidos do Adicional por Tempo de Serviço, será observado o limite previsto junto a Acordo Coletivo de Trabalho Plurimo, de 20% (vinte por cento), exceto àqueles que mantinham o percentual superior a este limite, após a aplicação da supressão de 40% (quarenta por cento).

5.7. Da manutenção dos tetos salariais no Plano de Carreira do Magistério Superior da UNIJUÍ. Os tetos salariais do Plano de Carreira do Magistério Superior da UNIJUÍ ficam assim constituídos **a contar de Julho/2016**: Professor Especialista 40 (quarenta) horas - R\$ 10.506,56 (dez mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e seis centavos); Professor Mestre 40 (quarenta) horas - R\$ 13.594,51 (treze mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos); Professor Doutor 40 (quarenta) horas - R\$ 15.653,03 (quinze mil, seiscentos e cinquenta e três reais e três centavos); valores vigentes **a partir da folha de pagamento de janeiro/2017**: Professor Especialista 40 (quarenta) horas - R\$ 10.688,32(dez mil, seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos); Professor Mestre 40 (quarenta) horas - R\$ 13.829,70 (treze mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos); Professor Doutor 40 (quarenta) horas - R\$ 15.923,83 (quinze mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos); Os tetos salariais aplicam-se a todos os atuais professores que integram os diversos Quadros do Plano de Carreira do Magistério da UNIJUÍ e são proporcionais para os demais regimes de trabalho do Plano de Carreira. Não integram os tetos salariais as remunerações decorrentes de funções gratificadas, dedicação exclusiva, horas avulsas e adicional noturno.

5.7.1 - Os valores dos Tetos Salariais serão reajustados, nos mesmos índices salariais, definidos anualmente junto a Convenção Coletiva de Trabalho, a nível estadual, ou em Acordo Coletivo de Trabalho, se este tratar o tema de forma diversa daquele.

5.8. Do Adiantamento Do Salário Referente ao Período de Férias e o seu Acréscimo de 1/3 (um terço).

No período de vigência do presente acordo, a FIDENE pagará, sempre que o trabalhador gozar férias nos meses de março a dezembro de cada ano, o salário referente ao mês de férias e o seu acréscimo de 1/3 (um terço) no momento da concessão das férias. No caso de gozo de férias nos meses de janeiro e fevereiro, a FIDENE fica autorizada, a antecipar apenas os valores referentes ao acréscimo de 1/3 (um terço) no momento da concessão das férias.

5.9. Do Regime Compensatório. Fica reconhecido e resguardado para todos os fins de direito, a existência de um Fundo de Horas-Atividades Positivas acumuladas pelos professores da UNIJUÍ no decorrer da contratualidade, conforme registros consolidados junto a Ficha de Atividade de cada professor, retratadas até a data de 30/06/2014, que poderão ser pagas e/ou compensadas pelo professor, conforme diretrizes norteadoras já estabelecidas pela Direção Superior da FIDENE.

5.9.1 - O acúmulo de horas positivas ou negativas em relação a carga horária contratada do professor, que eventualmente ocorrerem após a implementação do presente Acordo Coletivo, deverá seguir o regime de compensação organizado com base no semestre de sua geração com o semestre imediatamente subsequente, observando:

I - As horas negativas não compensadas no semestre imediatamente subsequente a sua geração serão suprimidas do saldo de horas do professor, acumuladas até 30/06/2014.

II - Na hipótese anterior, em que o professor não possuir horas-atividades positivas acumuladas até 30/06/2014, as horas negativas serão zeradas, sem sofrer qualquer desconto salarial;

III - As horas positivas não compensadas até o final do semestre imediatamente subsequente a sua geração serão pagas segundo os critérios da Convenção Coletiva de Trabalho.

IV – O prazo para pagamento do saldo do regime compensatório, será na folha de pagamento subsequente ao fechamento do período de apuração;

V – Na ocorrência de rescisão contratual, independente da sua iniciativa, no curso do período de apuração, quando o professor for credor de horas de trabalho, estas serão pagas com os adicionais previstos em Convenção Coletiva;

VI – Na ocorrência de rescisão contratual, quando o professor for devedor de horas de trabalho, ainda que realizada a compensação prevista no inciso II acima, não será descontado o valor correspondente das verbas rescisórias.

5.9.2 - As horas atividades positivas acumuladas pelos professores até 30/06/2014, são reconhecidas pelas partes como oriundas das atividades elencadas pela Convenção Coletiva de Trabalho como horas normais sem incidência de qualquer outro tipo de adicional, remuneradas pelo valor da hora-aula normal de trabalho.

5.10. Dos Descontos nas Mensalidades. Ficam mantidos os atuais níveis de descontos nas mensalidades escolares, condicionados à adimplência, dos professores da UNIJUÍ na EFA e dos professores da EFA na UNIJUÍ.

5.10.1. Da Concessão de Descontos a Dependente de Professor da UNIJUÍ Na EFA. A FIDENE concede desconto aos dependentes de professores da UNIJUÍ matriculados na EFA nos seguintes patamares: Educação Infantil – 75% (setenta e cinco por cento) de desconto; Séries Iniciais – 60% (sessenta por cento) de desconto; Séries Finais e Ensino Médio/Técnico – 50% (cinquenta por cento) de desconto. Os descontos são mantidos para qualquer número de dependentes e estão condicionados à adimplência por parte do professor da diferença da mensalidade não coberta pela bolsa.

5.10.2 - Da Concessão de Descontos a Dependente de Professores da EFA na UNIJUÍ. A FIDENE concede desconto para os dependentes dos professores da EFA matriculados na UNIJUÍ, sendo que o percentual devido do desconto é proporcional à carga horária semanal do professor, na razão de 4% (quatro por cento) por hora-aula, limitado, para o primeiro dependente, ao percentual máximo de 80% (oitenta por cento) e, para o segundo, ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor das mensalidades, desde que autorizado o desconto na conta de mútuo do professor.

5.10.3 - Os dependentes filhos e/ou enteados, nos limites da legislação do Imposto de Renda, para efeitos desta cláusula, não precisarão comprovar a dependência. Ressalvando, entretanto, a obrigatoriedade comprobatória para os demais dependentes beneficiários da Cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho.

5.10.4 - A UNIJUÍ reembolsará para os professores lotados junto a mantida UNIJUÍ, Campi Universitários de Santa Rosa, Panambi e Três Passos, mediante comprovação, mensalmente o valor equivalente ao do auxílio-creche, definido pela vigente Convenção Coletiva de Trabalho, a título de apoio para manutenção de filhos de até 6 (seis) anos, matriculados em escola particular de Educação Básica.

I – Este benefício será alcançado e mantido apenas aos professores da UNIJUÍ, lotados oficialmente junto aos Campi Universitários de Santa Rosa, Panambi e Três Passos, enquanto for mantido benefício semelhante para os professores da UNIJUI, lotados no Campus de Ijuí, que se beneficiam da existência do Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA, mantida pela FIDENE;

II – O professor deve comprovar, semestralmente, que o seu filho está matriculado em escola particular de Educação Básica e que o mesmo não recebe qualquer tipo de bolsa integral da respectiva escola;

III – Convencionam as partes que o reembolso estatuído nesta clausula possui natureza indenizatória, não se constituindo em remuneração do empregado para qualquer fim, sendo devido enquanto atender os requisitos e até o termino do vinculo empregaticio;

IV – O valor do reembolso acompanhará os índices de reajuste do valor do auxílio creche, definido junto a Convenção Coletiva de Trabalho Estadual.

5.11. Do Intervalo Intra jornada. Para o período de vigência deste acordo, a UNIJUI excepcionalmente poderá adotar jornada de trabalho cuja duração do intervalo para repouso e alimentação poderá ser no mínimo de 1 (uma) hora e no máximo de até 7 (sete) horas.

3.12. Da Concessão de Descontos ao Docente da UNIJUÍ que Frequentar Outro Curso de Graduação na UNIJUÍ. Para o período de vigência deste acordo, a FIDENE concederá descontos para o docente da UNIJUÍ que cursar outro curso de graduação na Instituição, nos mesmos percentuais previstos na convenção coletiva de trabalho da categoria, desde que autorizado o desconto da diferença não coberta pelo desconto diretamente na conta de mútuo do professor, sendo que este desconto está restrito a um único curso.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS, DOS DEVERES E DAS GARANTIAS

6.1. As partes acordantes, reconhecem que o presente Acordo Coletivo de Trabalho é resultado de transigências recíprocas, configuradoras de transação, estando nesta incluídas as pretensões reciprocamente formuladas na negociação coletiva. Em decorrência, estabelecem que eventual iniciativa judicial, seja pela via da representação processual, seja pela via da substituição processual, deverá respeitar os efeitos jurídicos desta transação, devendo ser precedida do esgotamento da negociação entre as partes, devidamente documentado pelas atas das respectivas reuniões.

6.2. As partes acordantes, bem como os professores da FIDENE, deverão acatar, respeitar e zelar pela boa aplicação e observância do disposto neste Termo de Acordo Coletivo de Trabalho.

6.3. As partes declaram que a concessão do desconto nas mensalidades escolares tem natureza indenizatória, não se constituindo em remuneração do empregado para qualquer fim.

6.4. As partes, declaram ainda, em relação ao disposto no artigo 620 da CLT, que este Acordo Coletivo de Trabalho, por aprovado em Assembleia Geral soberana da categoria dos professores, se sobrepõe a qualquer Convenção Coletiva de Trabalho ou ou outro Acordo Coletivo de Trabalho plurimo existentes, a partir de 1º de março de 2017.

6.5. A FIDENE compromete-se a promover o depósito de uma via do presente Acordo Coletivo de Trabalho, para fins de registro e arquivamento, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, consoante dispõe o Art. 614, da CLT, também em atendimento ao disposto na Sumula 6, I, do TST.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial do presente acordo acarretará ao infrator a multa prevista na Convenção Coletiva de Trabalho estadual vigente.

As partes obrigam-se ao cumprimento do presente Acordo Coletivo do Trabalho, que é transcrito em 3 (três) vias de igual conteúdo e forma, a ser depositado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, com fins de registro e arquivamento, para que possa gerar os efeitos jurídicos e legais.

VALDIR GRANIEL KINN
Membro de Diretoria Colegiada
SINPRO SINDICATO DOS PROFESSORES DE IJUI

DIETER RUGARD SIEDENBERG
Diretor
FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE

CATIA MARIA NEHRING
Reitor
FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE

ALEX RODRIGO REICHERT
Procurador
FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE

AMARILDO PEDRO CENCI
Membro de Diretoria Colegiada
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXOS
ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA PROFESSORES DA FIDENE-IJUI

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA ASSEMBLEIA PROFESSORES DA FIDENE-SANTA ROSA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.